

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/Gedri

V. 3, n. 2, 2022
ISSN 2675-3308

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Nelson Fernandes Felipe Junior

O **Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transporte e Logística – LabCit** se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao **Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas – Gedri**, constituído em 2005. O mesmo congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC).

LABCIT/GEDRI
Departamento de Geociências
Bloco C do CFH, Sala 4
E-mail: labcit.gedri.cfh@contato.ufsc.br
Telefone: 048-3721-8594
Ramal: 8594



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH
Departamento de Geociências – GCN
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFSC
Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística - LABCIT
Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas - GEDRI
Coordenador: Márcio Rogério Silveira

Site: <https://labcit.ufsc.br/>

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Textos
para
Discussão

Nelson Fernandes Felipe Junior

Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela UNESP, Presidente Prudente. Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL)

Resumo: Este artigo analisa a dinâmica do produto interno bruto (PIB) na América Latina e Caribe nos últimos oito anos, considerando algumas das suas causas, reflexos e desafios. Nesse período a região apresentou taxas baixas de crescimento do PIB, como resultado do neoliberalismo, das reduzidas inversões, do enfraquecimento de políticas públicas indutoras do desenvolvimento econômico e social, da pandemia de Covid-19, entre outros. A atuação eficiente do Estado, a elaboração de um planejamento estratégico e o fomento dos investimentos estatais e privados são imprescindíveis para enfrentar esse cenário adverso. Programas, planos e ações, principalmente durante os momentos de crise, são relevantes para impulsionar o mercado de trabalho formal, os empregos, a renda e o consumo.

Palavras-chave: América Latina e Caribe; economia; produto interno bruto; planejamento; investimentos.

SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE ECONOMY OF LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

Abstract: This article analyzes the dynamics of gross domestic product (GDP) in Latin America and the Caribbean in the last eight years, considering some of its causes, consequences and challenges. In this period, the region has presented low rates of GDP growth, as a result of neoliberalism, reduced investments, the weakening of public policies inducing economic and social development, the Covid-19 pandemic, among others. The efficient performance of the State, the elaboration of a strategic plan and the promotion of state and private investments are essential to face this adverse scenario. Programs, plans and actions, especially during times of crisis, are relevant to boost the formal job market, jobs, income and consumption.

Keywords: Latin America and the Caribbean; economy; gross domestic product; planning; investments

INTRODUÇÃO

Os índices de crescimento do produto interno bruto (PIB) na América Latina e Caribe foram baixos desde 2014, e isso foi seguido pelo aumento do desemprego, da informalidade e da desigualdade em vários países, como no Brasil. Esse cenário mostra, ao mesmo tempo, as assimetrias existentes entre as nações centrais e periféricas e a necessidade de implementação de políticas públicas de desenvolvimento por parte dos países latino-americanos.

Para recuperar o crescimento da economia, além de haver condições políticas favoráveis, é essencial qualificar o planejamento e retomar os investimentos públicos e privados, com o objetivo de gerar empregos formais e renda, impulsionar a demanda efetiva, melhorar os equipamentos e serviços públicos, entre outros. Expandir as infraestruturas econômicas e sociais nas nações da América Latina e Caribe é fundamental para o desenvolvimento da região. Políticas nacionais e conjuntas entre os países são estratégias para reduzir as desigualdades existentes (intrarregionais, inter-regionais, de renda, de acesso a serviços públicos etc.). Dessa maneira, uma política macroeconômica que estimule o crescimento e a socialização do investimento deve ser central nos projetos nacionais de desenvolvimento, com reverberações positivas notadamente para a classe trabalhadora.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo principal analisar a dinâmica do PIB na América Latina e Caribe nos últimos oito anos, considerando suas causas, consequências e desafios. O texto está estruturado da seguinte maneira: Introdução; O reduzido crescimento do PIB na América Latina e Caribe; Os desafios da retomada do crescimento econômico; Considerações finais; e Referências.

O REDUZIDO CRESCIMENTO DO PIB NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

De acordo com o relatório da CEPAL (2022), o crescimento médio do PIB esperado para a América Latina e Caribe em 2022 é de apenas 2,1%, porém isso ocorrerá de maneira heterogênea considerando os países e as sub-regiões. O Caribe terá um incremento médio de 6,1%, a América Central 4,5% e a América do Sul 1,4%. Em 2021, a ALC teve um crescimento com média de 6,2% em relação a 2020 (CEPAL, 2022), principalmente pela vacinação contra a Covid-19 e a retomada das atividades após o período de isolamento na pandemia.

Comparativamente, a perspectiva é que as economias centrais apresentem um crescimento médio do PIB no corrente ano de 4,2%, assim, os países desenvolvidos conseguiriam voltar a índices próximos a 2018 e 2019 (antes da pandemia). A expectativa é que as economias emergentes tenham, em 2022, um crescimento médio de 5,1%, com destaque para a China (CEPAL, 2022).

A ALC teve uma desaceleração econômica significativa em 2020. O PIB da região arrefeceu em média 6,8%. Em 2021, houve uma recuperação de 6,2% em comparação ao ano anterior, entretanto, o crescimento em 2021 teve uma base comparativa baixa, considerando a queda de 6,8% em 2020 (CEPAL, 2022). Os impactos negativos da recessão não são homogêneos, afetando, sobretudo, os grupos mais vulneráveis, como

as pessoas de baixa renda e reduzida escolaridade. Esse contexto conduziu/conduz ao aumento da pobreza e da extrema pobreza (tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Taxas de crescimento do PIB na América Latina e Caribe (1951-2019).

Períodos	Crescimento do PIB (%)
1951-1957	5,4
1958-1964	5,2
1965-1971	5,7
1972-1978	5,9
1979-1985	2,8
1986-1992	2,2
1993-1999	3,0
2000-2006	3,2
2007-2013	3,5
2014-2019	0,5

Fonte: Relatório da CEPAL (2022).

Tabela 2: Pobreza e extrema pobreza na América Latina e Caribe (2014-2022).

Anos	% da população total	
	Pobreza	Extrema pobreza
2014	27,8	7,8
2015	28,3	8,5
2016	29,0	9,7
2017	29,5	10,0
2018	29,8	10,4
2019	30,5	11,4
2020	33,0	13,1
2021	32,1	13,8
2022*	33,0*	14,5*

* Projeção da CEPAL.

Fonte: Relatório da CEPAL (2022).

O relatório também destaca que, considerando os empregos formais, em 2021 a recuperação foi menor do que a atividade econômica em geral: 30% dos empregos perdidos em 2020 não foram recuperados em 2021. Além disso, a desigualdade entre homens e mulheres aumentou no mesmo período, evidenciando, por exemplo, a retomada modesta do setor terciário, especialmente do comércio e serviços, pois concentram muitos empregos de pessoas do sexo feminino. Em 2021, a taxa de desemprego para as mulheres foi de 11,8%

e para os homens 8,1% (CEPAL, 2022). Desde 2014, verifica-se uma elevação do desemprego na ALC (tabela 3), o que reverberou/reverbera no aumento da desigualdade, como no Brasil.

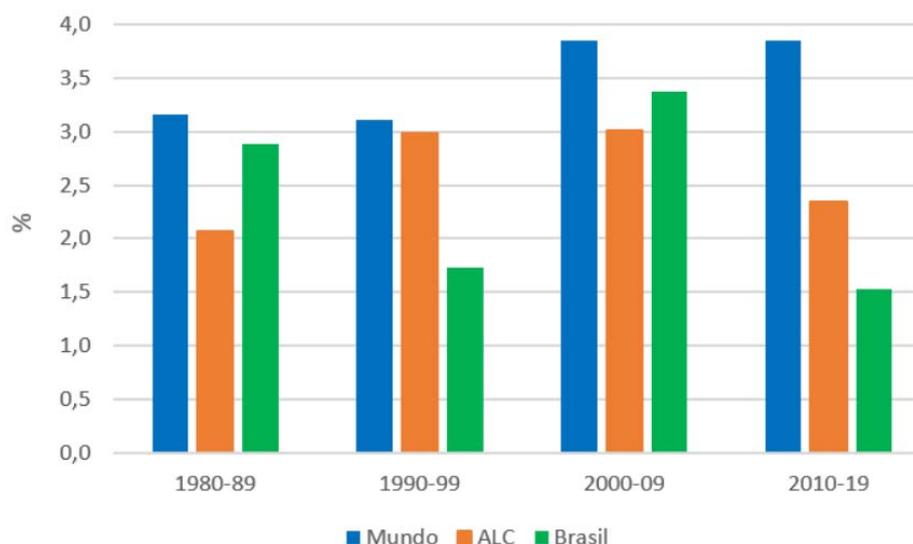
Tabela 3: Desemprego na América Latina e Caribe (2012-2020).

Anos	Desempregados (%)
2012	5,7
2013	5,0
2014	6,0
2015	7,0
2016	8,2
2017	8,3
2018	8,2
2019	8,1
2020	13,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2020.

Anteriormente à pandemia, muitos países da região já apresentavam estagnação ou crise econômica, caso do Brasil (gráfico 1). Considerando o período entre 2014 e 2019, o PIB cresceu a uma taxa média de 0,5%, menor do que durante a Primeira Guerra Mundial (0,9%) e a depressão dos anos de 1930 (1,3%). Outro aspecto é o arrefecimento do investimento (incluindo o estrangeiro) nos últimos oito anos, tendo em 2020 um dos níveis mais baixos desde o pós-Segunda Guerra Mundial (17,9% do PIB). Os reflexos negativos no mercado de trabalho formal foram expressivos em 2020, sendo o mais grave desde 1950. O mercado de trabalho na ALC, comparando com o restante do mundo, foi o mais impactado pela crise e pela pandemia, com uma redução de 9,0% no número de ocupados em 2020 (CEPAL, 2022).

Gráfico 1: Crescimento do PIB por décadas: mundo, ALC e Brasil (1980-2019).



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2020.

Outrossim, verifica-se um aumento dos preços de produtos e serviços em âmbito regional e global. Em 2021, houve índices inflacionários elevados na maioria dos países da ALC, com destaque à alta dos preços dos alimentos, combustíveis e energia – a inflação atingiu a média de 7,1% no ano passado, com exceção de Argentina, Haiti, Suriname e Venezuela (CEPAL, 2022). Mais uma vez a crise econômica e a inflação elevada evidenciam a relação direta existente entre elas.

Esse contexto adverso está relacionado a diversos fatores, como a política neoliberal, o reduzido investimento e produtividade, o desmonte de programas sociais, o arrefecimento e encarecimento do crédito, a paralisação de obras de infraestruturas, entre outros, o que resultaram/resultam na diminuição da renda e do consumo, e na elevação da pobreza, da desigualdade, do desemprego e da informalidade.

Apesar do Brasil possuir a maior economia da ALC, esteve entre os países com o menor crescimento do PIB desde 2014 e, em relação a 2022, tem a pior perspectiva em âmbito regional (0,4%). Considerando as nações da ALC em 2022, as expectativas dos índices mais baixos de crescimento do PIB são: Paraguai (0,7%), Haiti (0,6%) e Brasil (0,4%). Por outro lado, o relatório mostra que as economias que apresentarão os maiores crescimentos do PIB em 2022 são: Panamá (6,3%), República Dominicana (5,3%), Venezuela (5,0%), Colômbia (4,8%), Guatemala (4,2%), Honduras (4,1%) Uruguai (3,9%), Costa Rica (3,7%) e Bolívia (3,5%) (CEPAL, 2022).

OS DESAFIOS DA RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A ALC apresenta um cenário complexo, com destaque à persistência e incerteza em relação à pandemia, vários países com economias estagnadas e em crise (caso do Brasil), reduzidos níveis de investimento e produtividade, dificuldades na geração de empregos e renda, graves efeitos econômicos e sociais decorrentes do imperialismo, do neoliberalismo e da Covid-19, aumento da inflação, enfraquecimento e desmonte de programas sociais, perda de direitos sociais e trabalhistas, corte de recursos em áreas fundamentais, como educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, C&T e outros.

Em condições políticas favoráveis, é importante o Estado implementar uma política macroeconômica indutora dos investimentos públicos e privados. O planejamento estatal qualificado, o aumento das inversões em infraestruturas no território, a aplicação de um modelo eficaz de concessão de serviços públicos à iniciativa privada e o carreamento de recursos ociosos para as áreas subinvestidas (antiociosas) são alternativas viáveis para fomentar o desenvolvimento econômico e social. Dessa maneira, são criadas oportunidades de investimentos para a iniciativa privada na expectativa de reduzir os recursos aplicados no sistema financeiro e no mercado especulativo, e destiná-los às infraestruturas, à produção etc., com impactos positivos nos empregos, na renda e no consumo. Assim:

A nossa teoria pode ser formulada em traços gerais do seguinte modo: quando o emprego aumenta, o rendimento real agregado também aumenta. A psicologia da comunidade é tal que, quando aumenta o rendimento real agregado o consumo agregado também aumenta, mas não tanto como o rendimento.

[...] Assim, para justificar um dado volume de emprego terá de haver um volume de investimento corrente suficiente para absorver o excesso da produção total relativamente ao que a comunidade escolhe consumir quando o emprego se encontra nesse nível. De fato, a menos que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão inferiores ao requerido para os induzir a oferecer o volume dado de emprego. Dessa maneira, dado aquilo que chamaremos a propensão da comunidade para consumir, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível no qual deixa de haver um incentivo para os empregadores como um todo expandirem ou contraírem o emprego, dependerá do montante do investimento corrente. O volume do investimento corrente, por seu turno, dependerá daquilo a que chamaremos o incentivo para investir; e o incentivo para investir, como veremos, depende da relação entre a curva da eficiência marginal do capital e o complexo de taxas de juro sobre empréstimos de várias maturidades e riscos (KEYNES, 1982, p. 49).

Ademais:

A propensão ao consumo e o nível do novo investimento determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e o volume de emprego está univocamente relacionado com um dado nível de salários reais, não o inverso. Se a propensão ao consumo e o montante de novos investimentos derem origem a uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real de emprego será inferior à oferta de mão de obra potencialmente disponível ao salário real existente. [...] Na realidade, a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode estancar, e frequentemente estanca, o aumento do emprego antes de se ter alcançado o nível do pleno emprego (KEYNES, 1982, p. 51).

O avanço das infraestruturas econômicas e sociais – notadamente aquelas relacionadas à saúde, educação, transporte, energia, saneamento etc. – deve compor os objetivos principais dos projetos de desenvolvimento das nações da ALC. Além disso, o fortalecimento dos bancos de fomento regionais e nacionais e a expansão e acesso ao crédito são relevantes para impulsionar a demanda efetiva nos países. Diante disso, Keynes (1982, p. 256) revela que “uma socialização ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego”. Vale ressaltar que essa afirmação deve ser interpretada não como uma estatização dos investimentos, mas como a criação de um ambiente institucional favorável a eles.

Segundo Keynes (1982), o mau funcionamento do capitalismo é resultado da falta de demanda, e essa característica é derivada da própria deficiência do sistema. Por conseguinte, tem-se o aumento do desemprego e a queda da renda. A demanda efetiva (consumo e investimentos) é quem determina o volume da produção e do emprego. A propensão marginal a consumir e o montante dos investimentos possuem relação direta, já que a classe trabalhadora tem maior estímulo e capacidade de consumir com a elevação da renda. A propensão marginal a investir determina o nível de emprego na região e/ou no país. Quando o emprego aumenta, cresce também a renda e o consumo. Todavia, a demanda efetiva insuficiente (característica nos países da ALC) prejudica o emprego e a renda da classe trabalhadora e ainda inibe o processo de produção (KEYNES, 1982). Diante disso:

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o autointeresse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o autointeresse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são

excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente (KEYNES, 1978, p. 120).

A experiência internacional, sobretudo das nações asiáticas, demonstra os resultados positivos provenientes das interações entre os investimentos em infraestruturas, a expansão industrial e o crescimento econômico (tabela 4). China, Coreia do Sul, Vietnã, Japão e outros executaram/executam programas de agregação de valor e tecnologia à produção e às exportações, fortes incentivos governamentais, atração de inversões (nacionais e estrangeiras), além de exigências de desempenho impostas pelo Estado às empresas (BELLUZZO, 2017).

Tabela 4: Participação da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e da ALC no PIB mundial (1980-2020).

Anos	Participação no PIB global (%)	
	ASEAN (10 países)*	ALC (33 países)
1980	3,8	12,0
1985	4,0	11,2
1990	4,7	10,1
1995	5,5	10,0
2000	5,0	9,5
2005	5,4	8,8
2010	5,8	8,7
2015	6,0	8,3
2020	7,0	7,5

* A ASEAN é formada por: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã.

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), 2020.

No caso do Brasil, a retomada do desenvolvimento depende de haver condições político-institucionais favoráveis, do Estado recuperar sua função de planejador e coordenador da política macroeconômica, dos investimentos maciços em infraestruturas e serviços públicos, da valorização dos programas sociais de distribuição de renda, entre outros, com reverberações positivas nos empregos, na renda, no consumo e no combate às desigualdades socioeconômicas e regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ALC, principalmente a partir de 2014, apresentou níveis baixos de crescimento do PIB, sendo resultado do imperialismo, do neoliberalismo, do reduzido investimento, do enfraquecimento e desmonte de programas sociais, da diminuição do crédito e outros. Isso, por conseguinte, conduziu ao aumento da miséria, da pobreza, da desigualdade, do desemprego e da informalidade.

Os impactos negativos no mercado de trabalho formal já eram sentidos antes da pandemia, porém foram expressivos em 2020, com queda de 9,0% no número de pessoas ocupadas. Outro aspecto é a elevação dos preços de produtos e serviços em âmbito regional e global. Com a recessão, muitos países da ALC estão apresentando aumento da inflação, prejudicando, sobretudo, as pessoas de menor renda. O Brasil está entre os países que tiveram o menor crescimento do PIB na ALC nos últimos oito anos e, em 2022, a perspectiva é que fique na última posição, com 0,4%.

Por fim, existindo condições político-institucionais favoráveis, é relevante incrementar as inversões em infraestruturas, expandir o crédito, retomar a criação de empregos formais, impulsionar a renda e o consumo, entre outros. Nesse sentido, destacam-se os equipamentos e serviços de utilidade pública (saúde, educação, transporte, energia, saneamento etc.), sendo fundamentais para favorecer a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Luiz Gonzaga.; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Estudo Econômico da América Latina e do Caribe. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47313/1/S2100394_pt.pdf. 2021. Acesso em: 22/06/2022.

_____. Dados estatísticos. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/traduccion_al_portugues_grafico_trayectoria_crecimiento.pdf; 2022. Acesso em: 21/06/2022.

_____. Textos e relatórios. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/desaceleracao-america-latina-caribe-se-aprofunda-2022-espera-se-crecimento-regional-18>. 2022. Acesso em: 22/06/2022.

_____. Textos e relatórios. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/america-latina-o-caribe-desaceleracao-seu-crecimento-21-2022-contexto-importantes>. 2022. Acesso em: 22/06/2022.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>. 2018, 2019, 2020. Acesso em: 25/06/2022.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.